

SONIA ROCHA DE SOUZA

**O PROBLEMA DA INCLUSÃO NA ESCOLA DO ESTUDANTE COM
DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA ARTE**

Rio Branco

2011

SONIA ROCHA DE SOUZA

**O PROBLEMA DA INCLUSÃO NA ESCOLA DO ESTUDANTE COM
DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DA ARTE**

Trabalho de conclusão do curso de Artes Visuais,
habilitação em Licenciatura, do Departamento de
Artes Visuais do Instituto de Artes da
Universidade de Brasília.

Orientador (a): Prof (a) Ms(a) Janaína Mota.

Rio Branco

2011

SONIA ROCHA DE SOUZA

Banca Examinadora:

Professora Dra Ana Beatriz de Paiva Barroso

Professora Ms Janaína Mota

Professora Nilzete C. Melo

Sumário

O Problema da Inclusão na escola do estudante com Deficiência Através da Arte.....	8
1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	11
1.1 Inclusão, Arte e Educação.....	20
2. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS APLICADAS NO ENSINO DE ARTE.....	22
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27
5. ANEXOS.....	28
5.1 Anexos 01.....	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Kopenhagen , aquarela sobre papel de 1993(24,5x28,5 cm), de Rodrigo Mendes.....	16
Figura 2 – Sunrise , técnica mista, 2005 (42x29, 7cm), de Rodrigo Mendes.....	17
Figura 3 – Aquele Jardim , aquarela s/ papel, 1994 (28,5x25, 5 cm), de Rodrigo Mendes	17
Figura 4 – Memórias do planeta azul , aquarela sobre papel de 1993(24,5 x 28,5 cm), de Rodrigo Mendes.....	18

LISTA DE SIGLAS

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO

Organização das Nações Unidas - ONU

Ministério da Educação e Cultura – MEC

Conferência Nacional de Educação Básica - CONEB

Conferência Nacional de Educação - CONAE

Atendimento Educacional Especializado - AEE

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade apresentar e identificar os elementos que constituem o processo de inclusão dos estudantes com deficiência através da arte, cujo direcionamento estará pautado na seguinte pergunta de partida: como estão sendo adaptados e trabalhados os conteúdos de artes para os alunos com deficiência nas unidades escolares tendo como estudo de caso a escola Maria Lúcia Moura Marim. Este questionamento faz-se necessário, visto que o procedimento de inclusão, exatamente por se diferenciar da antiga prática de integração, desafia os sistemas sociais comuns a realizar mudanças fundamentais em seus procedimentos e estruturas.

Por conseguinte, a inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade, por meio de transformações, pequenas e grandes, ocorridas nos ambientes físicos e na forma de atendimento ao aluno com necessidades especiais, os quais sem um atendimento adequado podem ficar excluídos das relações sociais e, conseqüentemente, excluídos de uma vida cidadã digna, com a qual poderia contribuir por meio de seu trabalho e, além de outras, conquistar seu próprio sustento e, possivelmente, o de sua família.

A Convenção de 2009¹, além de outras, estabelece a definição de deficiência, a qual segue abaixo, para uma melhor compreensão do tema:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (ONU Art. 1 p.8)

Portanto, o interesse por este tema justifica-se, principalmente, pela consciência da importância que esse novo paradigma representa para uma significativa camada da população, cujos direitos sociais lhes são restritos, sobretudo, por conta de suas deficiências. Além do mais, este não é um problema apenas das pessoas com deficiência, mas sim, de toda a sociedade, visto que é dever de todos, inclusive da educação e dos sistemas governamentais,

¹ No Brasil, o documento da convenção foi o primeiro com força internacional, a tratar dos direitos humanos e possui força similar ao da Constituição Federal (CF). Os Decretos 186/2008 e 6.949/2009 (resoluções) são um conjunto de documentos, notas técnicas e pareceres que foram criados para amparar os direitos humanos.

proporcionar uma melhor qualidade de vida a essas pessoas, e condições de fazerem parte, dentro da medida do possível, de toda a movimentação social, política, econômica, cultural, etc., oportunizando-lhes uma vida mais digna. Assim, este trabalho revela a preocupação com a necessidade de se repensar a mudança do paradigma integracionista para um modelo que possa, de fato, superar as contradições geradas no seio de nossa sociedade, a qual se encontra longe do ideal de cidadania plena.

A escola quando exerce seu papel com finalidade inclusiva está abrindo novos caminhos de socialização, em que todos os seus discentes têm oportunidades de igualdade, mesmo tendo que fazer uso de diferentes e variados métodos para que todos juntos alcancem seus objetivos de comunidade escolar inclusiva. Dentro deste contexto escreve MANTOAN (2003).

A inclusão escolar total e irrestrita e o direito à diferença nas escolas é uma oportunidade que se tem para reverter a situação da maioria das escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino e raramente analisa o que e como a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, a evasão, a discriminação, a exclusão.

Portanto, refletir a questão da inclusão escolar configura-se como uma proposta de extrema importância para a educação brasileira, bem como, para a educação do município de Rio Branco, sobretudo, buscando conscientizar a população, de forma geral, da importância que é proporcionarmos uma educação de qualidade, também, para pessoas que não possam utilizar plenamente suas potencialidades.

Deixamos bem claro que a nossa intenção é ter uma visão de como os estudantes estão sendo atendidos no ensino de artes, sejam os alunos com deficiência visual, auditiva, intelectual, física e múltipla, precisamente, se os seus materiais pedagógicos estão sendo adaptados e qual a metodologia utilizada pelo professor para a promoção da inclusão desse público.

O referencial teórico se baseará numa pesquisa bibliográfica e qualitativa, a qual utilizará como referência um pouco do histórico da Educação Inclusiva no Brasil, por meio de documentos como: Constituição Federal (CF); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; Coleção de Fascículos da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar e nos escritos dos autores: Ana Mae Barbosa (1991), Fernando Hernández (1998), Eugênia Augusta Gonzaga

Fávero (2007), Ivone Dantas Coimbra (COIMBRA (2003), e também, trabalhos de Rodrigo Hübner Mendes, desenvolvidos pelo Instituto Rodrigues Mendes, além de observações práticas do cotidiano na escola Maria Lúcia Moura Marim.

Portanto, a escolha pela utilização destas literaturas ocorreu, sobretudo, pelo fato de esses autores terem feito referências à questão da inclusão social, procurando desenvolver reflexões para possíveis aplicações na sociedade, a qual necessita aprender a olhar as diferenças com um olhar libertador, pois, só deste modo, a inclusão ocorrerá de fato nos âmbitos sociais, econômicos, políticos, intelectuais, físicos e visuais.

1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.

Durante meados do século XX, com os crescentes movimentos sociais que denunciam as enormes formas de discriminação que proíbem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, surge, em cenário mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. É nesse período que as críticas ganham forças contra as práticas de categorização e segregação de estudantes, em que alunos são enviados a ambientes especiais, criando-se assim, a homogeneização de ensino e de aprendizagem, gerando a exclusão nos ambientes de ensino.

Um dos pontos de partida no tocante à educação inclusiva está na Constituição Federal de 1988, que explicita no artigo 208, inciso III, que entre os deveres do Poder Público está o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”. A Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 4º, inciso II, cita a mesma frase contida na Constituição Federal, porém agora alterando a terminologia “portadores de deficiência” para “educandos com necessidades educacionais especiais”, a qual propõe que o ensino de Artes nas escolas regulares deve acompanhar a inclusão escolar garantida pela Lei citada. Assim como os outros conteúdos escolares, o conteúdo para Arte Educação é adaptável para pessoas com diferentes deficiências.

Ainda em consonância a LDB em seu Art. 26º que diz: “Os currículos de ensino fundamental e médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, constituída de parte diversificada, conforme as características regionais de cada Estado. Promovendo, assim o desenvolvimento cultural de todos os estudantes independentemente de seu contexto social.”

No patamar das discussões e movimentos políticos para obtenção das metas de educação para todos, a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, realiza pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1994, o aprofundamento da discussão, trazendo para pauta de debate e problematizando as características que deixam as escolas de modo não acessível a todos os discentes .

Baseando-se nas condições de desigualdade educacional e social de vários grupos, a Declaração de Salamanca e a Linha de Ações sobre Necessidades Educativas Especiais

proclamam que as escolas comuns representam o meio mais correto, adequado e dinâmico para lutar contra as ações discriminatórias, ressaltando que:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Brasil, 1997, p. 17 e 18).

Essa política para inclusão escolar mostrava sua extrema fragilidade quanto aos desafios referentes à construção do sistema educacional vigente. Mantendo a escola comum sem resignificação e conservando a escola especial como lugar de acolhimento daqueles estudantes considerados incapacitados para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos. Esses resultados só demonstravam a continuidade das antigas práticas tradicionais e o despreparo que emanava da falta de investimentos e recursos historicamente impregnados à escola comum, deixando a mesma, sem condições estruturais arquitetônicas e recursos humanos para o atendimento das especificidades educacionais das pessoas com deficiências.

Verificamos que todos esses entraves dificultaram a realização de uma educação inclusiva. Observemos o que diz Eugênia Augusta Gonzaga Fávero a respeito do termo deficiência:

A palavra deficiência não deveria gerar reflexos negativos, pois deficiência não é o contrário de eficiência. O contrário de eficiência é ineficiência. Especialmente quando se refere a seres humanos, a deficiência não deve ser traduzida como “imperfeição ou defeito”, já que não existe perfeição ou ausência total de defeitos em qualquer ser humano, ou seja, não se pode dizer que pessoa sem deficiência são pessoas... perfeitas. A deficiência neste caso, indica falta, limitação. Indica que alguém não tem certos atributos físicos, sensoriais ou mentais comumente encontrados nas demais pessoas, o que é absolutamente natural. Sendo assim, não se deve ter receio no uso da palavra deficiência e tentar fazer a sua substituição por termos diferentes. Pois, em nada contribui para os direitos dos indivíduos à cidadania e sim prejudica a comunicação. (FÁVERO 2007, pag. 23-24)

Observando a trajetória da educação inclusiva, percebemos que processo pela inclusão persiste em passos lentos e só no início do século XXI, essa mobilização se torna mais ampla e efetiva. Dados comprovam que há elevados índices de alunos com idade escolar com deficiência fora da escola no que se refere ao público alvo da educação especial, segregados

obrigatoriamente nas escolas de classes especiais. No Estado do Acre, essa realidade tem se modificado com a política da educação inclusiva: houve um aumento considerável de alunos incluídos na escola.

A proposta de um sistema educacional inclusivo passa a receber uma maior atenção dos órgãos competentes, por meio dessa mobilização que conseguiu mostrar e reivindicar os direitos da criança com deficiência estar na escola, fazendo perceber o que vinha acontecendo na dimensão histórica. A partir daí, temos um processo de reflexão e prática, que possibilita efetuar mudanças em âmbitos conceituais, políticos e pedagógicos, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Depois de muita polêmica mundialmente a respeito da falta de políticas públicas que desse maior atenção e respeito para o fator inclusão escolar e social, a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, outorgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, é ratificada pelo Brasil como emenda constitucional, por meio de decreto legislativo 186/2008 e pelo decreto executivo 6949/2009. Este documento sistematiza estudos e debates mundiais realizados durante a última década do séc. XX e nos primeiros anos deste século, formando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentada no paradigma da inclusão social.

Com base nesse documento oficial da ONU, altera-se a terminologia de portador de deficiência para pessoas com deficiência que, até então, representava o paradigma integracionista, calcado no modelo clínico de deficiência, em que a condição física, sensorial ou intelectual das pessoas se caracteriza como obstáculo a sua integridade social, cabendo o indivíduo com deficiência, se adaptar às condições existentes na sociedade.

Então, fica estabelecido que para que haja a inclusão à sociedade, cabe promover as condições de acessibilidade necessárias a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viverem de forma independente e participarem plenamente de tudo na vida. Portando, a educação inclusiva torna-se um direito inquestionável e incondicional, garantida pelo artigo 24 que afirma:

[...] para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os estados partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda vida [...]. (ONU. 2006).

A partir de tais medidas, também são constituídos os novos marcos legais, políticos e pedagógicos da educação especial que buscam fortalecer, elaborar e desenvolver propostas pedagógicas que procuram meios para garantir condições de acesso e participação de todos os discentes no ensino regular. Em 2003, são efetivados programas para implementar estratégias com objetivos de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos. Elabora-se então, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, que traz em seu bojo projetos para formação de gestores e de educadores, apoiado pelo Ministério da Educação, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.

Com todas essas conjunturas, dá-se início a uma nova política de educação especial, com os desafios de construir realmente uma modalidade transversal iniciando-se desde a educação infantil à educação superior. Nesse novo paradigma de educação, estão incluídos todos os segmentos que constituem uma unidade escolar, pensando assim em desenvolver uma concepção de desenho universal.

As mudanças no sistema educacional, principalmente, em nosso país, se dão de forma lenta e gradativa. Vejam que a política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva é publicada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 2008 e traz alguns mecanismos que contribuem para garantir o direito das pessoas com deficiências à educação Inclusiva. Um desses mecanismos está vinculado a criação do atendimento educacional especializado – AEE.

O atendimento educacional especializado – AEE é para dar uma complementação pedagógica à formação dos estudantes, isso em conformidade com as diretrizes da nova política da educação nacional na perspectiva da educação inclusiva:

A educação especial é definida como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. (Revista Inclusão, p 15).

Os atuais sistemas de política educacional brasileira estão ratificados pelas Conferências Nacionais de Educação (CONEB/2008 e CONAE/2010) :

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação nas turmas comuns de ensino regular, orientando os sistemas de ensino para garantir o acesso ao comum, a participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados de ensino; a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; a oferta do atendimento educacional especializado; a formação de

professores para o atendimento educacional especializado e aos demais profissionais da educação, para a inclusão; a participação da família e da comunidade; a acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informações; e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008)

O atendimento educacional especializado (AEE), implantado por meio do Decreto 6.571/2008, diz respeito a um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar, é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais tipo I e tipo II² da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no contra turno da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado também, em Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniados com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal e Municípios.”

Existe uma morosidade nos processos de mudanças significativas em nosso país, porém elas estão acontecendo aos poucos como é o caso da educação inclusiva, pois, há séculos atrás, os indivíduos com deficiências eram considerados aberrações e, na maioria das vezes, eram mantidos fora do alcance das pessoas ditas normais e, em alguns casos, eram abandonados ou mortos ao nascerem.

Não se pode negar que a sociedade ainda é muito preconceituosa e discriminadora em relação as pessoas com deficiência, mas mesmo assim, esse público vem ganhando destaque em várias atividades, principalmente, nas artes artísticas, como é o exemplo de Rodrigo Mendes, nascido no dia 30 de setembro de 1971, em São Paulo, onde realiza seus projetos em artes.

A deficiência física de Rodrigo Mendes ocorreu durante uma tentativa de assalto, que o mesmo sofreu aos dezoito anos de idade, que o deixou como sequela a paralisia de sua musculatura e a perda de algumas funções abaixo dos ombros (tecnicamente denominada tetraplegia).

Devido a esse acidente, Rodrigo Mendes, mesmo com todo tratamento não teve mais condições de locomoção própria, tornando-se um cadeirante. Sua ligação com o mundo das

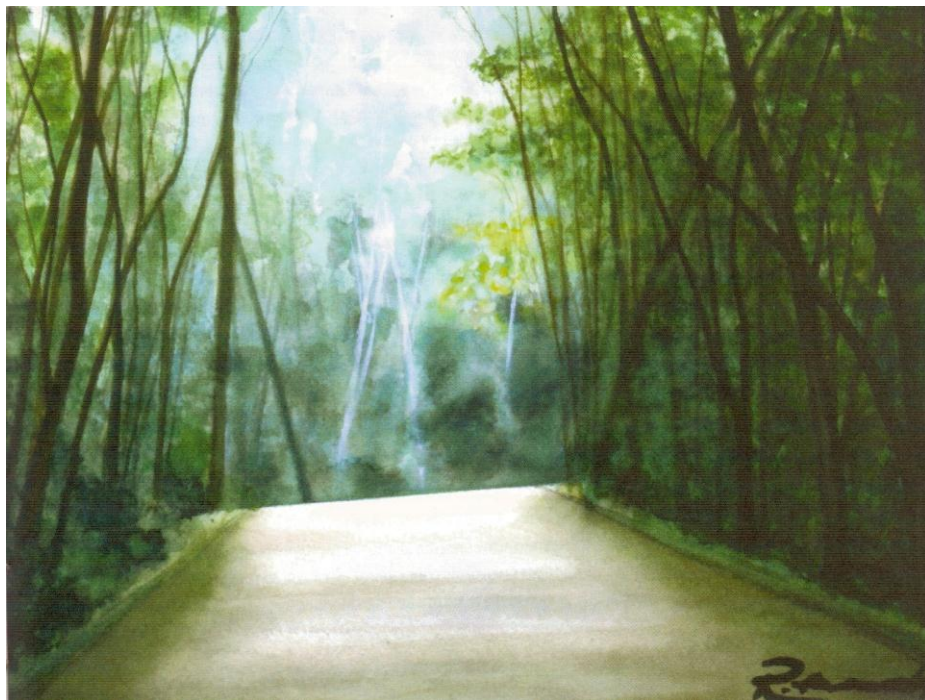
²A sala tipo I, é aquela sala composta por equipamentos, mobiliários, recursos de acessibilidade e materiais didático/pedagógicos e a sala tipo II, é aquela acrescida de recursos e equipamentos específicos para o atendimento de estudantes cegos.

artes iniciou a partir daí, embora na época do jardim de infância, já fizesse desenhos de observação dos móveis da sua casa.

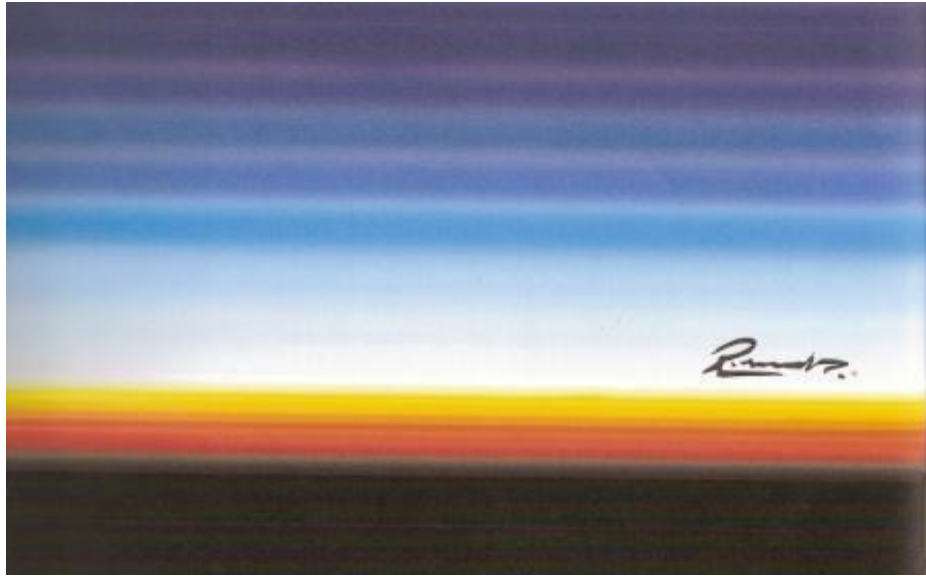
O que causa grande impressão nos trabalhos realizados por este artista é exatamente a possibilidade da inclusão através da arte que ele e seus demais colaboradores vêm realizando no instituto Rodrigo Mendes.

A inclusão escolar é possível para os estudantes com diferentes tipos de necessidades educacionais especiais, mas é preciso que as escolas tenham o apoio de outras organizações para promover a inclusão, os professores participem do processo de formação continuada em educação inclusiva.

As belas telas de Rodrigo Mendes declaram que a inclusão é possível também através da arte. “A arte foi a primeira atividade por meio da qual me senti reconhecido.” (MENDES, 2010, p. 30).



Kopenhagen, aquarela sobre papel de 1993(24,5x28, 5 cm), de Rodrigo Mendes.



Sunrise, técnica mista, 2005 (42x29, 7 cm), de Rodrigo Mendes.



Aquele Jardim, aquarela s/ papel, 1994(28,5x25, 5 cm), de Rodrigo Mendes.



Memórias do planeta azul, aquarela sobre papel de 1993 (24,5 x 28,5 cm), de Rodrigo Mendes.

Todos esses quatro trabalhos (telas) de Rodrigo Mendes foram extraídos do livro *Artes Visuais na Educação Inclusiva, Metodologia e práticas do Instituto Rodrigo Mendes* que traz uma forma de pensar esse modelo de educação:

Nossas crenças não são estáticas, mas estão em contínua reformulação. Pensar em educação inclusiva exige romper radicalmente com algumas das referências que herdamos e inventar novas formas de educar. Para que isso seja possível, é fundamental que estejamos abertos ao questionamento permanente e aceitemos nossas incertezas como parte natural do processo de “reinvenção”. (MENDES, 2010, p. 23)

Ainda como uma das fontes teóricas motivadora na inclusão escolar de alunos com deficiências através da arte na escola, estudei alguns textos de Ana Mae Barbosa Tavares, importante arte educadora brasileira, que nos alerta como é importante a Arte Educação para a formação do ser humano de forma mais enriquecedora, visando contribuir cada vez mais para a formação humana do aluno e seu papel para além das salas de aula. BARBOSA (1991. p 5).

A professora Ana Mae Barbosa adaptou a teoria *Discipline-Based Art Education (DBAE)* ao nosso sistema educacional brasileiro, denominando-a de Proposta Triangular por envolver três vertentes: o fazer artístico, a leitura da imagem e da obra de arte e a história da arte.

Diz BARBOSA (1991, p. 10): "O que a arte na escola principalmente pretende é formar o conhecedor, fruidor e decodificador da obra de arte (...). A escola seria a instituição pública que pode tornar o acesso à arte possível para a vasta maioria dos estudantes em nossa nação (...)". Ainda segundo ela:

Não é possível o desenvolvimento de uma cultura sem o desenvolvimento de suas formas artísticas. Não é possível uma educação intelectual, formal ou informal, de elite ou popular, sem arte, porque é impossível o desenvolvimento integral da inteligência sem o desenvolvimento do pensamento divergente, do pensamento visual e do conhecimento presencial que caracteriza a arte. Se pretendermos uma educação não apenas intelectual, mas principalmente humanizadora, a necessidade da arte é ainda mais crucial para desenvolver a capacidade criadora necessária à modificação dessa realidade. (BARBOSA, 1991. p 5)

De acordo com os escritos de Fernandes Hernandes' alertamo-nos para:

Devemos soltar a imaginação, a paixão e o risco por explorar novos caminhos que permitam que as escolas deixem de ser formadas por compartimentos fechados, faixas horárias fragmentadas, arquipélagos de docentes e passe a converter-se em uma comunidade de aprendizagem, onde a paixão pelo conhecimento seja a divisa e a educação de melhores cidadãos horizontes aos quais se dirigir. (HERNÁNDEZ, 1998, p. 13)

Observando ainda o ponto de vista de COIMBRA sobre inclusão (2003, p. 65):

Entretanto, sob a égide da padronização e por centrar o conhecimento no ver, em vez de no *sentir* e no *perceber*, a escola restringe ou inviabiliza a utilização da imaginação, da criatividade e de outros canais de percepção ou expressão (o tátil, o auditivo, o olfativo, o cinestésico), dentro do cotidiano da sala de aula, o que limita os caminhos para que aquele portador possa construir o seu conhecimento.

Não resta dúvida de que a escola deve estar aberta ao diálogo à inclusão e as disciplinas devem trabalhar por meio da transdisciplinariedade, multidisciplinaridade de forma a produzir mudanças no agir humano e nas estruturas de acessibilidade no contexto escolar para que a inclusão seja de fato consolidada.

O currículo escolar deve ser adaptado às necessidades educacionais dos alunos, no entanto, somente isso não garante a permanência dos estudantes com deficiência na escola. É preciso que se trabalhe a parte de humanização, formação de professores e comunidade escolar.

1.1 Inclusão, Arte e Educação

Após a leitura dos referenciais teóricos citados, foi realizada uma pesquisa de observação no período de outubro a novembro de 2011 na escola municipal Maria Lucia Maura Marin, localizada no conjunto Morada do Sol, bairro Adalberto Aragão, que é considerado um dos locais nobres do município de Rio Branco-Acre. A escola é ampla, possui (8) oito salas de aula com um bom espaço para atender os (407) quatrocentos e sete discentes, na faixa etária de (6) seis a (14) quatorze anos de idade. A unidade educativa dispõe de um quadro de professores competentes que se esforçam para transmitir aos alunos a melhor forma de aprendizagem possível, os (14) quatorze professores e os (20) vinte funcionários que formam o quadro pedagógico e administrativo da escola também são dedicados ao atendimento aos estudantes.

Observamos que a inclusão do aluno com deficiência ocorreu mesmo sem a escola ter uma oficina, uma palestra e/ou capacitação de professores. Com chegada das crianças na escola, a gestão entra em contato com os centros especializados Dom Bosco, o Centro de Atendimento aos Surdos - CAS, o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP – AC fazem a adaptação do material didático e pedagógico dos alunos com deficiência, além de cuidarem da formação continuada dos professores.

A grande realidade é que os professores necessitam participar dessa formação continuada. Os professores do atendimento educacional especializado estão para ajudar na complementação pedagógica dos estudantes com deficiência e, conseqüentemente, trabalhar com a comunidade. Vejamos os depoimentos dos professores quanto a essa questão:

Professor A: não tínhamos alunos com deficiência. A escola passou a recebê-los. Para aprendermos a trabalhar com a criança com deficiência precisamos de nossas primeiras experiências. Temos contato com o apoio dos centros especializados, mas não é nada fácil. É preciso ter sensibilidade, pensar atividades que venham a contribuir com o aprendizado os alunos.

Professor B: no caso específico de arte, acredito que o ensino de artes vai além da adaptação de material, porque antes da adaptação vem o planejamento do professor e este profissional

tem que ter a competência de organizar o seu plano de aula e/ou plano individualizado no atendimento educacional especializado.

Para se discutir sobre a inclusão da criança com deficiência não há necessidade da escola de esperar que se tenha um estudante surdo, cego e/ou com outra limitação, a nosso ver em todo e qualquer curso de formação continuada promovido pelo estado e/ou município de deveria incluir um tema relacionado ao processo de inclusão educacional.

Certamente o fato de a escola receber a criança com deficiência sem nenhuma preparação por meio dos órgãos competentes, acabou gerando grandes conflitos no ambiente escolar, pois muitos dos funcionários e professores, além dos outros alunos não sabiam como atender a essa clientela.

Boa vontade não é suficiente para lidar com as diferenças, precisamos de conhecimentos para tratar igualmente aqueles que são diferentes, para não correremos o risco de, ao invés da inclusão, causarmos a exclusão.

Para admitirmos e realmente tratarmos de forma correta os alunos com deficiências, faz-se necessários grandes investimentos tanto nos aspectos do atendimento humano quanto nas estruturas físicas das instituições escolares. Assim, teremos uma escola que reconhece a igualdade de aprender como ponto de partida e o aprendizado dos alunos como um processo referencial de chegada.

Quanto ao relacionamento entre os alunos, na escola citada, ocorre de forma agradável; na medida do possível convivem em harmonia respeitando as diferenças, já que tem dez (10) discentes incluídos na escola com diferentes tipos de deficiências.

Percebe-se, entre os estudantes, uma relação harmoniosa sem índices de violência na escola e principalmente os cuidados que os demais estudantes demonstram com os alunos com deficiência, fazem questão de estarem na companhia deles e muitas vezes até os auxiliam nas atividades, ou seja, podemos perceber sempre os alunos com deficiência incluídos em todas as atividades da escola.

A relação dos alunos deficientes com a disciplina de Artes acontece de forma gradativa assim como nas demais áreas de estudo, respeitando seus ritmos e limitações.

É importante que esses alunos utilizem todos os recursos possíveis para formar a sua própria conceituação dos objetos, seja por meio de sua vivência, ou pela mediação dos conhecimentos de outras pessoas.

2. Estratégias e Metodologias aplicadas no ensino de Arte

Na série Cadernos de orientação curricular para o ensino fundamental, o 3º ano, (2010, p.107-108) da Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Acre temos:

A distância entre a teoria e a prática no ensino em Artes Visuais tem sido a preocupação de muitos estudiosos e educadores e, certamente, é algo complexo. Suas causas são profundas e enraizadas na própria tessitura da vida como está posta hoje. Observa-se, por exemplo, uma grande dicotomia entre educação e cultura, por que a escola, muitas vezes, não é entendida como meio de se alcançar o conhecimento e a liberdade que este proporciona, mas como meio de preparar a criança e o jovem para o sistema de produção e consumo de bens materiais.

Nossa proposta de pesquisa realizada através da observação e conversa com os professores, inclusive com os profissionais do atendimento educacional especializado (AEE), a professora formadora da equipe da educação especial da secretaria municipal de educação (SEME), a intérprete, a direção, a coordenação pedagógica e o corpo de funcionários de apoio administrativo e pedagógico, buscou-se justamente compreender como a escola tem estabelecido a comunicação entre os seus usuários para promover a cultura da inclusão dos estudantes com deficiência através da arte.

Não se trata de produção e consumo de bens materiais, mas como as crianças estão participando desse processo que envolve um trabalho interdisciplinar e multidisciplinar como já foi abordado que requer o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento.

Durante o período da pesquisa, verificamos que as professoras regentes elaboram os seus planos de aula e as professoras do atendimento educacional especializado dão orientação aos professores quanto a adaptação dos materiais aos alunos com deficiência. No entanto, não são todos os educadores que recorrem ao professor do AEE.

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP - AC produz o material didático e pedagógico dos alunos com deficiência visual nos

seguintes formatos: sistema Braille, em áudio e deisy. Estes materiais chegam através do professor brailista que faz a entrega nas escolas.

O CAS – Centro de Apoio ao Surdo produz também materiais, só que mais ilustrativos como cartazes. Este centro realiza atendimento aos professores diretamente na escola com oficinas, palestras com a comunidade escolar assim como os outros centros.

A unidade escolar procura sempre desenvolver atividades artísticas no intuito de promover a inclusão através da arte com projetos que envolvem música, teatro, pinturas, desenhos e danças, procurando assim, envolver todos os educandos usando materiais didáticos pedagógicos que possam ser usados por todos os alunos, com ou sem deficiências. Vejamos os depoimentos de alguns professores:

Professor A: da escola pesquisada, este respondeu que a inclusão é positiva na medida em que a escola procura sempre eliminar o preconceito e envolver os discentes e comunidade escolar nas atividades desenvolvidas pela escola. Para que assim as diferenças sejam somadas e não discriminadas.

Professor B: trabalhar artes com a criança com deficiência não é nada fácil. Não tivemos nenhum curso oferecido pela Secretaria de Educação que trabalhasse o ensino de arte como processo inclusivo. As salas de aulas geralmente são superlotadas quando nós sabemos que o aluno com deficiência necessita de uma atenção maior.

Professor C: imaginemos a explicação de cálculo matemático para os que não falam e para os que não enxergam. Não estou falando que a inclusão é impossível, mas que precisa de uma atenção maior nas escolas.

Professor D: tento incentivar os alunos a participarem das aulas de artes, levando as crianças a montarem com mosaico, a brincarem com as tintas colocando suas impressões digitais sobre o papel, a fazerem colagem com várias texturas

Observamos ainda, que a escola procura desenvolver atividades interdisciplinares. Usa muitos jogos em matemática interligados com artes, em ciências é utilizado painel de animais para trabalhar a conceituação, uma vez que os alunos com necessidades educacionais especiais interagem melhor quando estão realizando atividades em que o desenho e a pintura são utilizados.

A escola tem desenvolvido o projeto de arte intitulado Aquarela, com o objetivo de que todos os alunos tenham a oportunidade de mostrarem suas produções e habilidades. O

referido projeto é um evento que envolve atividades artísticas, assim cada estudante tem a oportunidade de criar e recriar usando sua sensibilidade e autotomia.

Muitos professores sentem dificuldades em planejar suas aulas, em pensarem atividades de artes para os alunos com deficiência. Os estudantes aprendem quando a atividade proporciona um real significado. O ensino de arte dá essa possibilidade de adaptação de atividades, respeitando-se o aluno em sua individualidade, em seu ritmo de aprendizagem.

Daí a importância do estabelecimento de parcerias para a formação de professores e comunidade para que o processo de inclusão não seja uma tortura para nenhum dos atores da escola, mas sim um mundo de possibilidades para o respeito às diferenças, um espaço aberto à divulgação dos trabalhos de artes e de outras áreas do conhecimento, afinal a escola existe para o aluno, para a sociedade.

Profissionais estão fazendo o curso de Artes Visuais pela Universidade de Brasília com extensão outros municípios. Este processo de formação está acontecendo também através da Usina de Artes João Donato e pela Faculdade da Amazônia Ocidental – FAOO.

Os cursos de extensão e/ou formação continuada em Artes podem contribuir para o processo de inclusão dos alunos com deficiência. O que falta é um número maior de professores participarem dessa formação, uma vez que investimentos estão acontecendo nas estruturas físicas escolares.

Lembrando que a responsabilidade de educar não é apenas do professor de artes, mas de todos os envolvidos no processo de incluir, além dos outros órgãos ligados a educação como Ministério Público.

3. Considerações Finais

Com a realização deste trabalho, pôde-se comprovar a importância do conhecimento sobre inclusão escolar, pois é através dele que o educador (a) vai poder proporcionar um melhor atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais, conseguindo assim, uma maior satisfação em relação ao aprendizado.

As leis existem para serem seguidas frente a situações específicas, mas para isso deve-se haver estrutura para as adaptações ao cumprimento das mesmas. O poder das políticas públicas poderá contribuir para criar espaços, assegurar direitos e deveres, promover projetos mais eficientes, mas não dá garantia nenhuma sobre uma verdadeira inclusão entre pessoas se de fato não nos envolvermos. Envolver dá trabalho, leva à responsabilidade e ao compromisso, ou seja, é caminhar a passos curtos dia após dia.

E é deste modo, lento e persistente que a comunidade escolar da escola Maria Lúcia Moura Marim vem adaptando os conteúdos de artes, de acordo com cada necessidade apresentadas pelos discentes ali inseridos.

Além de contarem com a colaboração dos centros especializados para confecção e adaptação dos materiais a serem utilizados diariamente pelos alunos, a professora do atendimento educacional especializado (AEE), a intérprete e o cuidador são profissionais de suma importância para tornar possível o aprendizado de cada estudante dentro de suas especificidades e limitações.

Outro fator que contribui bastante para o melhor desempenho desses profissionais são os cursos ministrados pela equipe de educação especial da secretaria municipal de educação, para os professores do AEE, ocorridos durante todo ano alternando-se os meses, já que no mês que não está sendo ministrados os cursos, a equipe está com suas formadoras dentro das unidades escolares acompanhando e auxiliando no que for possível.

Apesar de tudo que vem sendo feito para que a inclusão escolar torne-se uma realidade, pode-se observar ainda a falta de conhecimento específico da maioria dos professores e demais comunidade em relação às deficiências.

Portanto, observou-se a necessidade dos professores em ampliarem seus conhecimentos através dos conteúdos voltados para a disciplina de artes, principalmente, para trabalhar os alunos com deficiência visual, uma vez as artes visuais está relacionada especialmente à sensação de interpretação e descrição do que se vê.

Quanto aos métodos utilizados para promoção da aprendizagem do aluno com deficiência, observa-se que os professores apresentam dificuldades em desenvolver estratégias para promoverem a aprendizagem dos alunos, mas observa-se que os conteúdos de artes são trabalhados com maior facilidade.

Os alunos com necessidades educacionais especiais, muitas vezes são despertados para o aprendizado através do ato do fazer artístico, como: a pintura, a dança, a poesia, a música, o teatro e tantas outras formas de expressões artísticas que quando colocadas em forma de aprendizado ela só enriquece o contexto social do indivíduo.

O ensino de arte, assim como a inclusão escolar são considerados dois temas que até algumas décadas não era dados muita importância. Atualmente são vistos como um novo caminho e ainda existem as leis que as amparam.

Não existem receitas prontas para atender a necessidade educacional de cada aluno com deficiência. Desse modo, acredita-se que essa pesquisa contribuirá para uma reflexão do grande compromisso que tem o arte/educador (a) frente a educação juntamente com outros profissionais.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **A imagem no ensino da arte.**

São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2009.

COIMBRA, Ivanê Dantas. **A inclusão do portador de deficiência visual na escola regular.**

Salvador: EDUFBA, 2003.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com Deficiência Garantiam de Igualdade na Diversidade.** Rio de Janeiro: - 2ª edição, editora WVA, 2007.

HERNÁNDEZ, Fernando, **Transgressão e mudança na educação** Porto Alegre: Editora Artmed, 1988.

HERNÁNDEZ, Fernando – **Catadores da Cultura Visual**; tradução Ana Death Duarte. – 1ª edição. – Porto Alegre: Mediação, 2007.

MENDES, Rodrigo Hübner, CAVALHERO, José GITAHY, Ana Maria, – **Artes Visuais na educação inclusiva: metodologias e práticas do Instituto Rodrigo Mendes/.** – São Paulo: Editora Peirópolis, 2010.

MANTOAN, (Maria Teresa Eglér, **Inclusão: R. Educ. esp., Brasília, v.5, n2, p. 45, jul/dez.2010).**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York, 2006.

RAPOLI, Edilene Aparecida. (et al). **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: A Escola Comum Inclusiva.** Universidade Federal do Ceará: MEC /SEESP.

ANEXOS

5. ANEXO 01

Quantidade, ano (série), turno e deficiências de estudantes com necessidades educacionais especiais que estão incluídos na escola neste ano de 2011. Vale ressaltar que, idade dos alunos (as) é variada entre seis a quatorze anos de idade.

PREFEITURA DE RIO BRANCO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ESCOLA MUNICIPAL MARIA LÚCIA MOURA MARIM

Nome do aluno (a)	Ano	Turno	Deficiência
Aluno A	2º Ano	Matutino	Def. Física
Aluno B	3º Ano	Matutino	Def. Auditiva
Aluno C	5º Ano	Matutino	Def. Múltipla
Aluno D	2º Ano	Vespertino	Def. Auditiva/ Intelectual
Aluno E	2º Ano	Vespertino	Def. Intelectual
Aluno F	3º Ano	Vespertino	Def. Visual (cegueira)
Aluno G	3º Ano	Vespertino	Def. Visual (baixa visão)
Aluno H	4º Ano	Vespertino	Def. Visual (baixa visão)
Aluno I	2º Ano	Vespertino	Def. Intelectual
Aluno J	2º Ano	Matutino	Síndrome de Down

Professora atendimento educacional especializado (AEE): A. H. A. de M.

Interprete: V. A. B. de O.

Professora formadora do AEE da equipe de educação especial da secretaria municipal de educação (SEME): A. A S.

Gestora: W. M. B.

Coordenadora Pedagógica: E. D.